

A BATALHA

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

QUARTA FEIRA, 23 DE JUNHO DE 1925

Foi estabelecida a censura aos jornais por desejo e conveniência dos monárquicos

Está estabelecida a censura à imprensa. A partir de ontem os jornais só escreverão o que convier ao Terreiro do Paço, onde pululam os prosélitos de D. Manuel.

O direito de crítica aos actos do governo, o livre exercício da imprensa está neste momento dependente da vontade e do arbitrio do censor oficial, criatura em regra de sensibilidade embotada e de pensamento obtuso.

As afirmações de liberdade produzidas pelos chefes do movimento revolucionário estão derrubadas. Hoje, se alguém gosa liberdade são os monárquicos e todos os inimigos do regime, únicos a quem agrada suavemente o cerceamento da liberdade de crítica.

Com a medida adoptada pelo governo do general Gomes da Costa o público ficará privado do conhecimento dos manejos dos inimigos das actuais instituições.

Amanhã quando os defensores do regime deposto se lançarem de novo no caminho da implantação da Monarquia, como o tentaram fazer aínda há dias, os jornais não informarão o público desse grande acontecimento, os jornais não poderão agitar a opinião pública porque isso lhes será vedado pela censura, que acionará às ordens dos donos disto, que final são os monárquicos.

Para provarmos esta nossa asserção temos ainda um facto ontem ocorrido, do qual nos vamos fazer eco.

O ministro do Interior convidou ontem de tarde os representantes dos jornais a uma reunião que teve lugar no gabinete daquele titular.

Nessa reunião o sr. dr. António Claro significou a sua consideração pelos profissionais do jornalismo e que é a elas que se vai dever uma grande parte do êxito da obra que o governo tem em vista.

Para essa obra, acrescentou o ministro, o governo conta com a colaboração da imprensa sem desejar que os jornais abdiquem do seu direito de crítica, desde que o façam com a lealdade que é lícito esperar.

Dos jornalistas presentes só o representante de *A Batalha*, que era o nosso director, declarou que o seu jornal não podia colaborar com o governo, mas prometia-lhe uma crítica honesta e leal aos seus actos.

O dr. sr. António Claro aceitou muito satisfeita as declarações do nosso director e os representantes dos jornais retiraram-se intimamente convencidos de que não seria estabelecida a censura aos jornais.

Porém, qual não foi o nosso espanto quando horas depois recebemos, com a chancela da Polícia Cívica de Lisboa, o ofício que segue:

... Sr. director do jornal *A Batalha*: Por ordem superior, levo ao conhecimento de v... que, a partir de hoje, é estabelecida a censura à Imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal, sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes ao Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, para aquele fim. — Saude e Fraternidade. — Lisboa, 22 de Junho de 1926.— O 2.º comandante, Cap. Aníbal de Azevedo.

Este ofício era bem significativo. Influências exteriores tinham conseguido atropelar o estabelecido com o ministro do Interior. A censura irrompia por vontade de D. José de Serpa Pimentel, expoente máximo do pensamento monárquico.

Mais tarde, isto é, às 22 horas, os representantes da imprensa, a convite do comando geral da G. N. R., retiraram-se no Quartel do Carmo para conhecerem as condições em que seria estabelecida a censura aos jornais.

Por um oficial do exército foi notificado aos circunstantes que os jornais ficavam com o dever de todas as madrugadas enviarem ao Quartel do Carmo quatro provas de cada página que seriam censuradas pela comissão nomeada.

Era também condição, segundo declarou o mesmo cavalheiro, não publicar os jornais com os espaços em branco. Quere dizer: a prosa censurada tinha que ser retirada e substituída por outra que voltaria igualmente a sofrer a censura.

Os representantes de alguns jornais lembraram a impossibilidade de se aceitar uma situação dessas, pois os jornais pequenos não possuem um quadro tipográfico que facilmente substitua as partes censuradas.

Não se conformando com as objecções feitas pelos representantes dos jornais, o referido oficial do exército retorqui-lhes que era aquela a condição em que se podiam publicar os jornais.

Está, pois, estabelecida a censura à imprensa. Durante algum tempo a feroz mordça impedirá que o público seja informado do que de mais importante ocorre por este país onde os monárquicos do estofo de D. José de Serpa conseguem vulnerar um dos mais belos princípios que as democracias nos ligaram.

Este atentado à liberdade, que serve apenas para os monárquicos realizarem livremente o seu trabalho, definiu claramente as intenções destes titeres que querendo derrubar os políticos, se arvoraram em tiranos tanto ou mais adeptos do que aqueles.

Vamos viver em censura. Já sabemos que durante alguns dias o nosso pensamento não poderá correr mundo porque não é o pensamento do *Nemo*, nem o pensamento dos biltres que enxameiam o país.

Esbôco biográfico de Miguel Bakunine, por Max Netlau

Em Bruxelas. As aspirações polacas

Viu ali os primeiros emigrantes polacos, como em toda a parte, soube encontrar os homens mais distintos dos movimentos, sendo recebidos por eles como uma relação interessante. Conheceu de perto uns dos polacos mais simpáticos daquela época, o velho Joaquim Lelewel, e viu assim as aspirações polacas na sua forma mais pura, porém também a mais consequente e inalterável—a Polônia «histórica» de 1772—, que abrange a Lituânia, a pequena Russia e a Rússia Branca. Em face da defesa dele, como russo e como democrata e internacionalista, o direito à autonomia ou à independência dos países não polacos dentro daquelas fronteiras «históricas», e assim ocorreu, inevitavelmente, que, em toda a sua simpatia pelos polacos, em todos os seus esforços para produzir uma cooperação, os polacos o consideravam sempre como um obstáculo pernicioso que perturbava profundamente os seus planos e nunca responderam seriamente à sua sinceridade e à sua solidariedade.

Bakunine em Paris. Suas ideias e relações

Porém, como ambas as partes se consideravam reciprocamente como um factor revolucionário, de certo valor, a divergência foi raramente declarada com franqueza; mas, todos os ensaios de ações comuns estavam destinadas ao fracasso. Sucedia ainda que, como é de compreender, o problema da liberação e da divisão da terra pelos campões separava Bakunine do poderoso partido aristocrático polaco tanto como o seu extremo clericalismo.

Notas & Comentários

Senhora absoluta

O chefe do gabinete do ministro das Finanças é, lemo-lo ontem num jornal, um dos corifeus da Moagem.

sr. Filomeno da Câmara chamando para junto de si este homem mostrou naturalmente o desejo de ser agradável à Moagem, poderosa potência que está acima de todos os regimes e domina todas as situações. Desta amizade do sr. Filomeno da Câmara devem resultar, de certo, notícias desagraváveis para os consumidores. Através de todas as situações a Moagem tem sido a senhora absoluta, tão absoluta que já se instalou nessa situação política profunda mente moralista e moralizadora...

O «placard» policial

O capitão sr. Franco disse ontem, numa entrevista, que a polícia vai ter um placard destinado a desmentir as notícias falsas publicadas nos jornais.

Esta extraordinária medida presta-se a irreprimíveis comentários pitorescos. A verdade vai ser não só um atributo mas um monopólio da polícia; quem fala verdade dentro em breve não é a imprensa, é um simples particular, é o 17 da 4ª de pés compridos e letras curtas.

Que venha, pois, o placard policial, para que os leitores fiquem conhecendo o amor entranhado que no Governo Civil existe pela verdade. Vamos ter verdades como punhos cerrados e ameaçadoras...

Benvindo

Com o seu segundo número iniciou A Revolução Nacional, órgão da actual situação a permute comosco. Visitou-nos ontem o novo colega na imprensa, vindo tão interessante como aquele primeiro número que ressuscitou a vida—longe vê o agouro—em breves relatos, os jornais de ontem. Porém, O Século, com uma arguição a toda a prova, conseguiu descobrir que na praça de Camões também um grupo de indivíduos filiados na C. G. T. soltou vidas a revolução social e abaixo a ditadura militar. Como conseguir o ergão das «vivas» viveras descobrir que os manifestantes eram filiados na C. G. T.? Acaso elas se distinguem por algum sinal? Este Século se não existisse ter-se-ia que inventá-lo.

Isto é que é argúia...

A noite de anteontem foi de perfeita agitação em Lisboa. Os boatos sobre o movimento de carácter monárquico que, segundo os melhores barómetros, devia eclodir de madrugada provocaram no espírito da população um grande alvoroço. De todo esse bulício deram nota, em breves relatos, os jornais

de ontem. Porém, O Século, com uma arguição a toda a prova, conseguiu descobrir que na praça de Camões também um grupo de indivíduos filiados na C. G. T. soltou vidas a revolução social e abaixo a ditadura militar.

Como conseguir o ergão das «vivas» viveras descobrir que os manifestantes eram filiados na C. G. T.?

Acaso elas se distinguem por algum sinal? Este Século se não existisse ter-se-ia que inventá-lo.

O ensino religioso

Sedolfo, pseudônimo dum ilustre pedagogo, apreciou, deste modo, o ensino religioso numa interessante revista de ensino que se publica em Lisboa:

«Desde que se permitido, inconsequente antipedagógicamente, um ensino religioso nas escolas, implicitamente quebra-se o pacto de neutralidade estabelecido pelo professorado, e justifica-se, em contramão, um ensino anti-religioso em vez de religioso, inconfessional.

A atitude imparcial do professor não religioso perante essa quebra de neutralidade tem de ser legitimamente diversa daquela que se lhe poderia exigir num regime de ensino inconfessional.

E a nefasta luta religiosa, a luta do fanatismo contra fanatismo, entra na Escola, com gravíssimo prejuízo das pobres crianças, que são, afinal, as vítimas sofredoras das dissensões dos crescidos.

O educador, digno desse nome, que tem, no mais alto grau, o respeito pela dignidade mental dos seus discípulos e pela autonomia de opinião dos futuros adultos que eles representam, só deve ensinar as verdades que estejam dentro da capacidade mental do educando, a fim de evitar o hábito de aceitar verdades ou erros já feitos e que os outros dizem ser verdadeira, numa situação insustentável perante a tolerância ou legalização do ensino religioso, e ver-se-á forçado a contrapor ao preconceito religioso outro preconceito

que, assim se ofende o mais respeitável e intangível dos direitos da criança!

Mais uma vez os adultosabusam covarde e egoístamente da sua força, impondo, para fins de domínio, à criança as suas ideias e preconceitos.

E escola, mansão de Solidariedade, converte-se em liça de rancorosos despeitos.

À Batalha de ontem

Por motivo dum avaria na máquina onde o nosso jornal é impresso, *A Batalha* de ontem não teve a sua circulação normal, percalço involuntário que, esperamos, os nossos estimáveis leitores descreveram.

Depois de uma curta visita a Paris, Bakunine persuadiu o seu amigo Reichel, que com ele viveu a maior parte do tempo até 1847, a dirigir-se, em Julho de 1844, a Paris, onde ambos depois se estabilizaram.

Bakunine frequentou primeiramente os círculos radicais alemães, o ambiente do seminário Vorwärts, onde conheceu Marx e Engels. Existiam então lamentáveis conflitos entre Ruge, Marx e Herwegh, até que o centro alemão foi desfeito pelas expulsões e suspensão do periódico. Bakunine não se interessou muito intensivamente pelo movimento alemão; porém, relacionou-se gostosamente com Herwegh e sua mulher, com Karl Vogt, com alguns comunistas alemães, numa palavra, com o círculo dos conhecidos siúos de 1843-44.

Conheceu também sociedades francesas e personalidades políticas e literárias de toda a espécie, sem que travasse particularmente relações muito íntimas com nenhum deles, com exceção de Proudhon, cujas ideias e personalidade o atraíram e o qual também testemunhou interesse por Bakunine. Viu o decabrista Nicolau Turgueniev e a muitos visitantes russos de Paris, polacos, italianos e outros.

Era uma época em que viam a luz da publicidade uma quantidade enorme de ideias avançadas, sem que nenhuma delas conseguisse atingir a primeira linha, pois parecia que se aspirava a última e pura perfeição quanto ao sistema burguês, sob o qual, no entanto, se ouvia rugir a próxima revolução. «Havia mesmo chegado ao ponto (dizia Bakunine) a um socialista francês em 1876) de crer firmemente que assistímos aos últimos dias da velha civilização e que começaria o reino da igualdade. Poucos foram os que resistiram ao inicio em extremo cal-

A extinção das Escolas Primárias Superiores

A razão da nossa atitude

Enquanto os chefes do movimento militar triunfante proclamam aos quatro ventos que o seu objectivo é salvar o país e a república—que os políticos iam perdendo e derrubando—a organização operária, ou melhor a C. G. T., afirmam que se trata dum movimento absolutamente reaccionário ditatorial que põe o país em perigo o actual regime ameaça violentamente as liberdades e as regalias conquistadas pelas classes trabalhadoras.

Há muita gente que afirma não estar disposta a suportar a situação que a C. G. T. denunciou... mas que, no entanto, esse perigo ainda não existe e, por conseguinte, se deve aguardar os acontecimentos.

A C. G. T., porém, é que não afia por esse diapasão. A sua atitude e as afirmações com que ela a justificou são suficientemente demonstrativas, mas mesmo assim torna-se necessário explanar as razões que existem para não acreditar nas palavras dos triunfadores.

A sua afirmação de que vão dignificar a república é uma cantata, quando muito elas vão esforçar por monarquias.

Quando o povo escutava com entêvo os oradores dos comícios da propaganda republicana, nunca lhe passou pela mente que a república que eles preconizavam se resumisse apenas à substituição das cores de uma bandeira, que a mudança se resumia à abolição do trapo azul e branco e à inauguração do trapo encarnado e verde.

O povo operário que assistia a esses comícios supunha que lutava pelo modificações das condições da vida económica e social, pela liberdade de reunião e de pensamento, pelo melhoramento constante e gradual das classes trabalhadoras, pela terminação da influência fradesca e jesuítica que mantinha sob o terror quase toda a população do país.

Os republicanos mal despuzeram a monarquia, começaram logo a desrespeitar o seu programa e a traír totalmente as suas promessas e a república tornou-se devido a isso um regime sem dignidade.

Portanto, para dignificar a república se era necessário realizar a obra levada a cabo pelos seus propagandistas. E' do que não são capazes os homens que actualmente estão senhores do poder, visto que tódas as suas afirmações são opostas as aspirações condensadas no programa com que foi proclamada a república em 5 de Outubro de 1910. Não querendo elas continuar a obra nata republicana que vinha sendo feita só podem inevitavelmente fazer obra monárquica embora não haja mudança de país.

Portanto, para que a sua missão por um lado seja cumprida a sua missão por outro é destruir a dinastia.

As Escolas Primárias Superiores destinavam-se às classes trabalhadoras, visto que as matrículas nelas eram absolutamente gratuitas o que as tornava acessíveis, e os seus cursos destinavam-se a habilitar para a vida prática aqueles para quem o trabalho é um modo de vida e não um sport de luxo.

As Escolas Primárias Superiores destinavam-se às classes trabalhadoras, visto que as matrículas nelas eram absolutamente gratuitas o que as tornava acessíveis, e os seus cursos destinavam-se a habilitar para a vida prática aqueles para quem o trabalho é um modo de vida e não um sport de luxo.

As Escolas Primárias Superiores destinavam-se às classes trabalhadoras, visto que as matrículas nelas eram absolutamente gratuitas o que as tornava acessíveis, e os seus cursos destinavam-se a habilitar para a vida prática aqueles para quem o trabalho é um modo de vida e não um sport de luxo.

As Escolas Primárias Superiores destinavam-se às classes trabalhadoras, visto que as matrículas nelas eram absolutamente gratuitas o que as tornava acessíveis, e os seus cursos destinavam-se a habilitar para a vida prática aqueles para quem o trabalho é um modo de vida e não um sport de luxo.

As Escolas Primárias Superiores destinavam-se às classes trabalhadoras, visto que as matrículas nelas eram absolutamente gratuitas o que as tornava acessíveis, e os seus cursos destinavam-se a habilitar para a vida prática aqueles para quem o trabalho é um modo de vida e não um sport de luxo.

As Escolas Primá

bem os fins e os meios, mas são impoentes para realizarem o acto. Qual é a causa desta impotência? O enfraquecimento dos centros motores, dizem uns; o enfraquecimento das incitações recebidas, dizem outros. Estou com estes últimos; o docente não pode praticar o acto porque não pode crer, porque são fracos e insuficientes os desejos que nele provocam os projectos de praticar este ou aquele acto. E a vida afectiva, é a sensibilidade que está no estado mórbido. A hesitação, a irresolução são estados mórbidos da vontade enfraquecida e resultam em parte do estado intelectual e em parte da fraqueza do carácter. A ação cerebral é normal, mas o impulso para agir é nulo, muito fraco ou insuficiente. Do uso do ópio e da cocaína resulta esta doença da vontade.

Noutra categoria de enfraquecimento da vontade encontram-se os que sofrem de impulso excessivo; nestes a adaptação intelectual é fraca; a vontade, isto é, a actividade racional desaparece, os impulsos de ordem inferior ganham em tudo o que os impulsos de ordem superior perdem. Os epilepticos, os histéricos sofrem de um impulso inconsciente seguido imediatamente de uma execução, sem que tenham tempo de tomar conhecimento disso. Os melancólicos, os obsessos, os maníacos têm plena consciência da sua situação. Nos atacados de impulsos irresistíveis de origem afectiva encontram-se, de preferência, os alcoólicos.

São casos ainda de enfraquecimento da vontade, embora não tão característicos, os que atingem a atenção voluntária, seja congnitivo esse enfraquecimento, seja adquirido. Nestes a actividade intelectual é grande, às vezes superabundante e exagerada até, mas falta-lhes o poder director das suas ideias.

Fixai bem! Fixai bem quais são os portadores principais da epilepsia, da histeria, da monomania, e como estas doenças anormalizam a vontade, para no decorrer da palestra melhor fixardes a influência quase decisiva da educação da vontade no carácter do indivíduo.

(Da revista "Educação Social").

Aurora de CASTRO

Memórias dum cabo de polícia

Faziam serviço, nesse tempo, na esquadra dos Terramoto, três guardas que tinham os números 827, 820 e 367, este já expulso, que formavam uma triologia sinistra. Andando em vigilância, juntavam-se, à noite, com elementos civis apanhados do chefe, a quem o vulgo alunhava de *Pera de Aço*, e começavam por espantar, por deserto, os habitantes do local que, por fatalidade, por ali tivessem de passar.

Agrediam de preferência os chamados sionistas, fazendo-lhes verdadeiras caçadas. Recorda-me ainda que, estando de patrulha em Campo de Ourique, deram duas sovadas de bengalão num rapaz, hoje já falecido, o qual se chamava António e era fiscal do Cine-Paris, e outra num tal Dálio, antigo polícia, que se refugiou na farmácia Pinheiro, de nata lhe salvando a defesa, pois que os energuménos arrastaram-no para a rua e levaram-no para a esquerda, onde ficou preso como desobediente à polícia.

Um indivíduo chamado Marques, que foi estabelecido com casa de pasto no largo da Páscoa, viu a sua casa assaltada, frequentes vezes, por estes bárbaros, que agrediam os fregueses à bengalada que não houvesse o menor motivo. O próprio chefe agrediu-o dada da casa a cavalo marinheiros, apenas por ódio político.

Uma noite, na rua Maria Pia, vila Ramos, foi aplicada uma sova a um rapaz, João, empregado no Comércio, e quem morava na mesma rua. O rapaz não dera o motivo mais fátil. O desgraçado, jorrando sangue por um ferimento na cabeça, foi pelos falcões obrigado a meter-se em casa sem ser pensado, ameaçando-o de morte, se tornasse à rua. Testemunham este caso os moradores do referido pátio.

Também houve espâncamentos, na esquadra dos Terremotos, feitos nuns *reporters* que em *side-car* iam em serviço profissional, chegando o monárquico do cabo Camilo, com fingido faccionismo republicano e político, a meter na boca de um dos agredidos uma caixa de cigarrilhas com as cores da bandeira do antigo regime.

Estes e outros factos levaram o chefe Alves à barra do tribunal, tendo sido condenado com a pena de suspensão por três anos. Os guardas foram transferidos e o chefe Alves proibiu a entrada de civis na esquadra e acabando com o bando de traiçoeiros, de que era chefe o cabo Camilo.

Um dia andava eu em vigiliância no Casal Ventoso. Como os meus colegas sabiam que eu via com maus olhos os espâncamentos, fui traçado e agredido pelo guarda 367. Defendi-me à bengalada, interindo o guarda 1258 que poz termo ao conflito. Aproveitei-me da oportunidade para fugir o Chora, gatuno que eu trazia sob prisão.

Sendo destacado para a Figueira da Foz, sob as ordens do cabo 130, lá fui encontrar um pouco de sossego. Regressei três meses depois, na véspera do movimento de 19 de outubro.

Em dia de Todos os Santos encontrava-me de serviço na rua de S. Luís, a fim de prestar auxílio ao dr. Santos Farinha, célebre orador sagrado, por este ter de distribuir umas esmolas aos seus paroquianos; e, com bem me desenpendesse da papel, reverendo chamou-me ao seu gabinete e agradeceu-me, oferecendo-me os seus bons ofícios junto do dr. Balbino do Rêgo para que eu passasse ao serviço da polícia de investigação, o que sucedia poucos dias passados.

(Continua).

O novo Alto Comissário de Moçambique

Informam-nos da Arcada:

«O general sr. Massano de Amorim, parte para Moçambique, no paquete alemão que larga do Tejo no dia 13 de Julho próximo, a fim de ir assumir o cargo de Alto Comissário daquela província.

Este funcionário tem recebido vários telegramas da colónia, felicitando-o por ir governar a província, onde em tempos fez um belo governo.»

MALAS POSTAIS

Pelo paquete "Sinoia" são hoje expedidas malas postais para os Açores e New-York e por via Marselha para a Índia portuguesa e Macau, sendo da estação central dos correios as últimas tiragem de correspondências, respectivamente, às 9 e 11,30 horas.

EM ALMADA

Meia dúzia de falsos católicos pretendem afrontar a população com uma fantochada religiosa

ALMADA, 22. — Há já alguns anos que, mercê da atitude persistente da actividade das pessoas de ideias desempoeiradas que vivem neste concelho, o que não falava em fantochadas religiosas. Parecia que os religiosos se tinham de vez convencido de que não era já possível trazer para a vida pública parodias grotescas que só tinham como condição primacial, o mostrar a vaidade de meia dúzia de enfatuados pedantes.

Pois enganamo-nos. Os corvos voltam de novo ao campo de batalha. Levados talvez pela confiança que têm na actual situação política, os Loyolistas almadenses pretendem de novo fazer reviver esse passado odioso de mentira e de crápula, fazendo exibir no proximo dia 25, uma fantochada que dão o nome de "aprocissão de São João", cortejando que há 16 anos que se não realizava.

Mas não imaginem que são os verdadeiros religiosos, isto é, os que sempre se afirmaram como tal, que promovem tal fantochada. Não senhor. É um redusidíssimo grupo de pedantes e farcidos, tendo como *factum* os seguintes... benemeritos:

Eduardo de Almeida o "Califa", criatura que o seu principal requisito, é ser pau para toda a obra, e agradar a todas as situações, é claro para governar a vicinidade.

Alfredo J. da Silva, que também está à espera—segundo diz—de melhorar a sua situação, e vê nesta ocasião o momento azarado para tal cometimento, e Augusto Trinta, que nem menção merece, dada a sua insignificante personalidade.

Crentes nós de que os verdadeiros religiosos não eram adeptos da tal ideia, procurámos ouvir a opinião de um dos mais categorizados marechais da religião: cá da terra, e logo encontrámos quem satisfizesse os seguintes... benemeritos:

— E' com a aqüiescência dos verdadeiros religiosos que se pretende fazer a chamada procissão de São João? — perguntámos.

— Não senhor — respondeu-nos o nosso entrevistado.

— Nós somos religiosos, e queremos processões verdadeiramente religiosas e não cortejos pagãos com a máscara de religião. Vou, compreende: a procissão de São João foi sempre o que vocês chamavam—com razão—uma verdadeira fantochada. Ora os religiosos não podem colaborar, nem mesmo consentir que se façam actos destes, em nome da religião, quando o são mas é para meia dúzia de criaturas, que nunca fizeram religiosos, realizarem os seus inconvenientes objectivos.

Tanto mais que é um acto que há 16 anos deixou de realizar-se porque o povo do concelho já o não suportava.

— E mais não disse.

Agora o povo deste concelho, que, através de todos os tempos, tem dado imensas provas do seu amor pela liberdade, que se ponha de alata, e não consista que 3 ou 4 pavões venham de novo afrontar-lhe o seu amor à liberdade.

Pedimos-nos para por intermédio da *Batalha* declararmos que a Associação dos Bombeiros Voluntários da Almada, promotora das festas a S. João, nada tem com a tal fantochada que alguém pretende levar a efeito neste concelho por ocasião das mesmas festas.

Persiste a crise ministerial francesa

PARIS, 22.—O sr. Briand tem prosseguido nas suas negociações para a formação do novo gabinete, tendo-se assegurado já da colaboração dos srs. Poincaré, Painlevé e Doumer.—L.

O navio "Stela d'Itália" no Tejo

Chegou ontem ao Tejo, atracando à muralha de Alcântara, o navio da Liga Naval Italiana, "Stela d'Itália", que traz a bandeira de navio de guerra, trazendo a seu bordo o vice-almirante presidente da referida Liga, Príncipe di Bitetto, Cito Filomarino, que ontem acompanhado do comandante do navio, o capitão de fragata R. N. Gdegli Uberto, secretário geral da citada Liga Naval e do encarregado de Negócios sr. Mário Porta, foi cumprimentar o sr. comandante geral da armada, vice-almirante sr. Silveira Moreno, deixando cartões ao sr. ministro da Marinha, visto este senhor se encontrar doente em casa.

Hoje às 11 e meia da manhã, vão a bordo os acertados os cumprimentos por parte do sr. ministro da Marinha, o seu chefe de gabinete capitão de fragata R. N. Gdegli Uberto, secretário geral da Liga Naval Italiana, "Stela d'Itália", que traz a bandeira de navio de guerra, trazendo a seu bordo o vice-almirante presidente da referida Liga, Príncipe di Bitetto, Cito Filomarino, que ontem acompanhado do comandante do navio, o capitão de fragata R. N. Gdegli Uberto, secretário geral da citada Liga Naval e do encarregado de Negócios sr. Mário Porta, foi cumprimentar o sr. comandante geral da armada, vice-almirante sr. Silveira Moreno, deixando cartões ao sr. ministro da Marinha, visto este senhor se encontrar doente em casa.

O fogo tendia a devorar os 3 armazens, mas o acertado ataque evitou-o de maneira que às 18 horas o incêndio estava dominado, começando o rescaldo que deverá prolongar-se pela noite aadeante.

A propriedade pertence a José Augusto dos Santos e estava segura, assim como os pavões.

A grande quantidade de povo que prensava o incêndio foi contido por polícia e G. N. R., assim como o trânsito de carros ficou interrompido até às 20,30 horas.

Os santos populares na Sociedade Nacional de Belas Artes

Continua grande entusiasmo pelas festas de beneficência que vão realizar-se hoje e amanhã, e nos dias 28 e 29 do corrente, na Sociedade Nacional de Belas Artes, e nas quais os santos populares S. João e S. Pedro terão a mais bela das consagrações. A comissão promotora das aludidas festas tem recebido inúmeras adesões que fazem prever o éxito seguro de tão caridosa iniciativa, reuniendo elementos admiráveis de atração que tornarão essas festas brilhantíssimas, animando o público a dar-lhes a sua preferência.

Hoje, véspera de S. João, tocará no vasto Salão da Sociedade Nacional de Belas Artes, agora transformado de maneira a encontrarem-se ali instaladas várias barracas onde se vendem cravos de papel, manganicos, doces, etc., a música do Atílio de Cegos António Feliciano de Castilho. Haverá deslumbrante iluminação à veneziana, de que se encarregou pessoal competentíssima e de bom gosto, e outras surpresas que causarão o maior entusiasmo. Como dissemos já, o festival benéfico que tanto vai dar que falar, reverterá a favor das Florinhas da Rua, Asilo Feliciano de Castilho, Ceguinhas da Rua Formosa, Oficiário de Santa Isabel e Asilo de Santo António.

Os bilhetes para estas encantadoras festas, que estão à venda no porto da Sociedade Nacional de Belas Artes, têm sido já recebidos numerosos, e a mesma procura, o que não é raro, é de grande importância, cercando as tribus insubmissas, que se concentram cada vez mais em territórios nunca pisados por soldados europeus.

A Guerra de Marrocos

Morto o cão...

MADRID, 22.—As notícias ultimamente recebidas sobre as operações militares em Marrocos, são das melhores. A ocupação definitiva, na totalidade da zona do protetorado espanhol, está em boa via de conclusão.

Por outro lado anunciam que as tropas espanholas ocuparão de um momento para o outro os territórios do Tárgust Djebel Haman sabendo-se ao mesmo tempo que o território Teifer, na zona de Larache, foi novamente ocupado pelas tropas espanholas que ocuparam igualmente a Ponta dos Pescadores, na Comara. Esta operação realizou-se sem fogo.

Estas operações são de grande importância, cercando as tribus insubmissas, que se concentram cada vez mais em territórios nunca pisados por soldados europeus.

Companhia Carris de Ferro de Lisboa

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Bilhetes de assinatura

Esta Companhia faz público que desde já recebe requisições para bilhetes de assinatura nas seguintes condições:

1.º O prazo de validade para os bilhetes trimestrais começa em 1 de Julho e termina em 30 de Setembro de 1927, e para bilhetes semestrais começa em 1 de Julho e termina em 31 de Dezembro de 1926.

2.º O preço dos bilhetes trimestrais é de esc. 369500 (trezentos e sessenta e nove escudos), mais esc. 1118 (onze escudos e dezoito centavos) correspondentes ao imposto do selo de 3 %, conforme o art. 4.º da lei 1.830 de 13 de Fevereiro de 1926, mais o adicional de 1 % do art. 67 da lei 1.368 de 21 de Setembro de 1922, e o preço dos bilhetes semestrais é de esc. 615500 (seiscentos e quinze escudos), mais esc. 18564 (dez- oito escudos e sessenta e quatro centavos) correspondente ao referido imposto do selo e adicional.

3.º Os bilhetes deverão ser requisitados à Companhia, nos seus escritórios, em Santo Amaro, em carta impressa, segundo o modelo que a Companhia fornece, devendo o requisitante juntar-lhe duas fotografias iguais, mediando 0,035x0,035 despega das cartões, não se aceitando fotografias que sejam de dimensões inferiores a estas ou inutilizadas por qualquer carimbo.

4.º A Companhia só se obriga a fornecer bilhetes de assinatura três dias depois daquele em que receber a requisição, nos termos acima indicados, mas nunca antes do dia 30 de Junho de 1926.

5.º Os bilhetes são absolutamente pessoais e intransmisíveis e só são válidos para os carros eléctricos que circulam nas linhas da Companhia para o serviço do público, excluindo, portanto, os que circulam nas linhas da Nova Companhia dos Ascensores Mecânicos de Lisboa.

6.º Em caso de perda ou extravio deverá o assinante fazer a participação à Companhia que, decorridos oito dias, lhe fornece o bilhete.

Durante este prazo que a Companhia reserva para averiguar qual o paradeiro do primitivo bilhete o assinante só poderá transitar nos carros pagando as suas passagens e sobre elas não terá direito a restituição alguma nem perdas e danos.

7.º Quando qualquer pessoa que não seja o próprio assinante fizer ou tentar fazer uso dum bilhete de assinatura será o bilhete cassado pelo agente da Companhia e em seguida anulado, isto sem prejuízo do processo a seguir contra o autor e cumprido desta fraude ou tentativa de fraude.

8.º Os bilhetes de assinatura emitidos pela Companhia, terão a fotografia e a assinatura do assinante e serão autenticados com as assinaturas em chancelas de dois directores e, ainda, com o carimbo em relevo, de que usa a Companhia.

9.º Os assinantes não podem apresentar sob pretexto de quaisquer prejuízos reclamação alguma contra a Companhia por motivo de demora, paragem e interrupção de circulação na linha, mudança de serviço, diminuição, de número de carros, falta de lugar, por motivo de greve ou, ainda por qualquer outro caso de força maior.

10.º Fica o assinante obrigado a apresentar prontamente o bilhete ao condutor e, bem assim, quando exigido pelos outros empregados da Companhia, não sendo suficiente a declaração de ter assinatura.

Fica igualmente obrigado a reproduzir a assinatura quando for necessário, para comprovar a sua identidade.

11.º A falta casual ou forçada da utilização do bilhete não constitui o assinante, nem os seus sucessores ou herdeiros no direito de reclamar indemnização ou compensação alguma da Companhia.

Em caso algum poderá o assinante, quem o represente ou quem lhe suceda, reclamar o valor total ou parcial da assinatura, cujo preço uma vez pago, pertence de direito a todos os efectos à Companhia.

No mesmo dia foi pensado e recolhido a casa, Silvério Dias Abreu, de 23 anos, natural de Ave

A BATALHA

A censura à imprensa é um dos maiores atentados à liberdade cometidos pelo governo do general Gomes da Costa.



A OBRA DUM ALTO COMISSARIO

Impõe-se a anulação duma portaria que permita a expulsão de portugueses do território de Moçambique

LOURENÇO MARQUES, JUNHO.— Azevedo Coutinho, na ânsia de se agarrar ao orçamento onde estava diariamente encravado a cantaria com cerca de 2.190\$000, tendo enchedo de miséria e dor a família operária pelas tiranias e prepotências que pôs em curso, quis ainda aborrotar a medida, publicando, contra todas as leis orgânicas da Colónia, uma portaria sobre a expulsão de portugueses.

Sobre o assunto publicámos já um artigo bastante elucidativo; mas, para que o governo ouça e reponha as causas nos seus devidos lugares, anulando esse diploma absurdo, tirano e ilegal, vamos transcrever o que sobre o assunto, em artigo editorial, publicou o «Jornal do Comércio», o mais importante órgão conservador da imprensa de Lourenço Marques:

No «Boletim Oficial» foi publicada uma portaria pela qual o Alto Comissário da Província poderá ordenar a expulsão de qualquer cidadão português do território da Colónia ou de parte do mesmo território.

Ainda não dissemos, mas vamos dizer agora que não concordamos com tal diploma, sejam quais forem os motivos alegados para a sua promulgação.

Se outras razões não houvesse para sermos contrários à actual situação, essa lei de exceção injustificável, desnecessária e ilegal, constituiria por si só motivo mais do que suficiente para a combatermos.

O nosso espírito, sempre aberto as mais amplas conquistas do pensamento, revoltase contra tudo que represente iniquidade e despotismo.

Mais dos governos que enveredam por caminho tão escabroso!

Sob o pretexto de há pouco se ter cometido afim de um crime barbáro, contra o qual nos temos manifestado, promulgou-se a Portaria 293.

A admitir como razoável tal princípio, preparamos:

Quantas portarias ou decretos seria preciso publicar se tódas as vezes que se praticam crimes idênticos se recorresse a tais extremos?

Não haverá no Código Penal matéria mais do que suficiente pela qual os criminosos e seus cúmplices recebam condigno castigo?

Sei divida que sim; mas o fio de quem redigiu essa célebre portaria não foi o de expulsar desta província assassinos confessos. Não.

Ela tem talvez, a nosso ver, o fim de pôr à margem, afastando-os para bem longe, aqueles que mais e melhor souberam perturbar a dinâmica digestão de certas criaturas...

Essa portaria há-de, por certo, ser anulada; porque além de inconstitucional, como passaremos a demonstrar, representa a maior anomalia que temos presenciado durante a vigência do actual regime.

A República não se implantou em Portugal para que os seus governos pudessem dispor arbitráriamente dos nossos direitos de cidadãos livres.

onde estão os princípios democráticos tão largamente aprofundados?

Onde está o respeito pelas leis em vigor?

Liga dos Direitos do Homem

A sua atitude em face da ditadura militar

Reuniu antenom o Directorio da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, aprovando a seguinte nota oficiosa cuja publicação solicita da imprensa:

A Liga Portuguesa dos Direitos do Homem é um organismo absolutamente alheio a partidismos políticos, crenças religiosas ou facções sectárias. Como objectivo pretende a máxima felicidade humana, propagandear a solidariedade entre os homens e o direito à sua existência num âmbito de liberdade correspondente ao direito e respeito mútuo. É fundamentalmente um organismo pacifista e *ipso facto* ligado à Sociedade das Nações que estabeleceu, no Tratado da Paz de Versalhes, o desarmamento dos Estados. Sendo pacifista é anti-militarista—(notando-se que ser militares de profissão não implica ser militarista). Para resolver conflitos entre povos ou colectividades preconiza a arbitragem. Para solucionar questões entre homens um júri sentenciaria consoante a razão e a justiça. E, enfim, um organismo vigilante dos abusos do poder e da autoridade. Combate as ditaduras civis ou militares, porque personificam o poder absoluto do homem, sempre falso, praticando o arbitrio.

Em sequência lógica dos princípios a L. P. D. H. registou com agrado a circunstância da não efusão de sangue na insurreição militar de 27 de Maio último. Todavia no conselho de ministros de 14 de Junho, o sr. ministro da Guerra apresentou um enunciado de leis as quais como apresentante lógicamente perfilhou, agora como presidente do Ministério pretendera efectivar. Entre essas leis propõe para repressões aeronauticas possíveis a insurreição civil ou pessoal o julgamento sumário em conselho de guerra no prazo máximo de oito dias. Isto é, o sofístico restabelecimento da pena de morte, abolida definitivamente em terra portuguesa em 1884, por Lopo Vaz, para orgulho de todos os portugueses. Havendo na legislação vigente penalidades para todos os criminosos é estranho que alguém pense em punir crimes comuns ou políticos praticando crimes em nome da justiça. Mais: aniquilando o Direito pela impossibilidade de reparar erros judiciais como o de Ferreira. Mas porque o momento de surpresas a L. P. D. H. protesta contra a preconização sofística do restabelecimento da pena de morte.

O combate ao analfabetismo e a todos os elementos da perversão social

Em seguida o Directorio aprovou as seguintes propostas para sua imediata efectivação:

Verificando-se com pesar que nos últimos decénios aumentou consideravelmente

A sizania entre radicais por causa do apoio dado pelo directorio aos militares

Ninguém deixou de notar a activa participação do Partido Radical, ou dos seus principais elementos, no pronunciamento militar que garantiu a fundação de uma ditadura antipátria. Parece, porém, que esta atitude veio causar a sizania no próprio partido, a julgar pelo número de indivíduos que se têm desligado. Agora, é o sr. Manuel Soares da Costa que dirige uma carta aberta ao directorio do seu partido. Eis os termos dessa carta:

Presados correligionários: Tendo acompanhado de perto os recentes acontecimentos políticos no nosso país e não me encontrando satisfeito com o silêncio inexplicável dos altos corpos direcchivos do meu partido vendo por este meio preguntar-lhes o que pensam acerca da situação, pois me encontro completamente desorientado.

Como simples soldado disciplinado, tenho sempre cumprido, as resoluções das entidades que têm dirigido o nosso partido, embora algumas vezes não esteja de absoluto acordado.

Antes da eclosão do movimento de 28 de Maio, já se sabia que muitos elementos do nosso partido tinham tomado o compromisso de participar activamente nele, o que se verificou. Ora o que eu desconhecia é que os correligionários que tal fizeram seriam os primeiros a ser perseguidos pelos homens que formaram o governo que substituiu o do ditador constitucionalista Antônio Maria da Silva. Em face da proclamação *gaga* dos revoltosos, sou forçado a concordar que nenhum componente do nosso partido devia aceitar qualquer cargo dentro da nova situação, mas o que eu não comprehendo é a razão porque o *comandante das forças da mar* foi desfiliado dos cargos que exercia antes do movimento. Diz-se que entre os elementos do nosso partido e o *comitê* da revolta havia vários compromissos, entre os quais o de fazer regressar os deportados do movimento de 2 de Fevereiro.

Para mim, isto é muito importante, mas não me satisfaçõa. Martim Júnior e os outros civis já regressaram. Os pobres soldados? Esses não têm direito ao regresso? Julgo que sim. E só um motivo muito ponderoso faria com que Martins Júnior os deixasse lá ficar. Mas isto é necessário que se explique, para honra do nosso partido.

O outro caso que reputo importante—O nosso correligionário Antônio Joaquim de Magalhães, que tomou parte activa no movimento, desligou-se do partido. Depois de ler a notícia nos jornais procurei este dedicado correligionário para saber a razão da sua atitude; mas não o encontrei, e não vi ainda qualquer desmentido. Por me parecer que este cidadão não é um ambicioso, entendo que devia ser explicado o motivo que o levou a desligar-se do partido.

Torna-se necessário pedir a quem de direito a revogação dessa histórica portaria que é a suprema vergonha dum povo cujas tradições sejam liberais.

A comissão executiva da Federação Ferroviária avistou-se ontem novamente com o novo Alto Comissário de Moçambique, sobre a situação da classe ferroviária de Lourenço Marques; regresso dos ferroviários deportados e demitidos que se encontram na metrópole e ainda dos que se encontram presos em Moçambique.

Afirmou o Alto Comissário mais uma vez ir fazer interelação à classe ferroviária, esperando Federação que tal afirmação seja totalmente cumprida.

Refúm hoje na sede da Federação Ferroviária, pelas 21 horas, os ferroviários deportados e os demitidos dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques que se encontram em Lisboa.

o analfabetismo, não se formando caracteres, tornando-se a infância mais sugestionável para a educação visual—o animatógrafo; considerando que parte da população é semi-analfabeto e também sugestionável pela leitura delétrica do criminalismo descrito pelos jornais, observando-se que pelo anseio inconsciente de popularidade, maneiras invulgares de crimes são praticados num período relativamente curto, conclue-se que o jornalismo é indirectamente um factor dinâmico da criminalidade como muito profissionalmente demonstrou o professor Emílio Costa, no Congresso de Educação Popular, considera a L. P. D. H. necessário que no animatógrafo se exibam fitas essencialmente educativas, e que no jornalismo se sintetize o relato de toda a criminalidade, para o que vai convidar os directores dos jornais de Lisboa e correspondentes de jornais da província para uma reunião a fim de acordarem na sintetização do referido noticiário.

Centra e uso das carregas de mão

Apreciando a desumana imposição dos transportes em carroças de mão, o Directorio aprovou a moção seguinte:

Considerando quanto tem de antagonico com o progresso mundial e de desumano o homem exercer funções de animal de carga e atendendo que o assunto foi tratado por interessados com muita elevação moral num recente congresso operário, concorde com as conclusões aprovadas, resolve a L. P. D. H. oficiar a todos os municípios pedindo que cessem as licenças para veículos de carga conduzidos por menores ou homens na via pública, excepto os carreiros de mão necessários aos calceteiros e cantoneiros municipais oficial à Repartição Técnica do Trabalho no sentido que nos locais de trabalho onde pela sua natureza os menores tenham de transportar cargas à cabeça, às costas ou em carrinhos de mão, os pesos não possam exceder os seguintes quilogramas: para menores de 14 anos dez quilos de carga às costas ou à cabeça, e trinta e cinco em carrinho; para menores com mais de 14 anos, quinze quilos as costas ou à cabeça e quarenta e cinco em carrinho; enviar esforços pela rigorosa fiscalização mormente no labor dos menores empregados em carroarias e mercerias, e mogos de armazéns de fazendas.

O Directorio volta a reunir extraordinariamente na próxima segunda feira.

POIS SIM...

Informam da Arcada:

o ministro da Instrução pediu às direcções gerais do seu ministério uma nota das sindicâncias que ainda estejam pendentes e uma nota das diversas comissões de estudo nomeadas pelos seus antecessores, com a indicação da data em que principiaram os seus trabalhos.

Realiza-se no próximo sábado uma festa cujo produto se destina a custear as despesas feitas com os melhoramentos na sede da secção da construção civil do Alto do Pina.

A festa realiza-se na sede do grupo dramático «Os Aliados», rua Barão de Sabrosa, 185, e do seu programa consta, além interessante sarau dramático, a colaboração dum núcleo de cultívadores de teatro.

A comissão promotora reúne hoje, pelas 21 horas,

ASSINEM Os mistérios do Povo

O sindicalismo em França foi arruinado pela interferência de políticos

O agravamento da situação económica em França fomenta o descontentamento nas classes operárias. As greves estalam por toda a parte, sem a preocupação do momento mais oportuno.

São movimentos rápidos, impetuoso, determinados pela vontade combativa dos operários de reagirem violentemente contra as péssimas condições de vida que lhes são impostas.

As classes operárias, segundo as afirmativas de um militante sindicalista francês, lançam-se na greve por melhorias de situação sem o apoio das organizações centrais. Assim, queixa-se esse militante, aliás, sem dúvida, a razão, de que as duas organizações, quer a C. G. T. reformista, quer a C. G. T. comunista, não tenham tempo a canalizar a reivindicação, porque as greves declaram-se e resolvem-se impulsivamente.

Nós, porém, pensamos o contrário. Já não falamos da autonomia que o sindicalismo indiscutivelmente reconhece aos sindicatos. O factor principal é, digamos, arbitrário, da impulsividade das greves, devido-se unicamente à descrença que, por desgraça, se apossou de toda a classe operária, desde que, entre os militantes, se estabeleceu a luta pelo predominio e influência política no movimento operário, esquecendo-se o carácter de reivindicação económica e social do sindicalismo. Esta luta tem provocado, a par das discussões e da desagregação do movimento sindical em organizações que mais parecem partidos políticos, o afastamento do operariado aborrecido de pugnas que não melhoram a sua situação.

O sinto mais grave do actual momento sindical em França é que o operariado parece resolvido a efectuar os seus movimentos reivindicacionais fora as organizações centrais e limitando-se, quando não ao movimento numa só oficina ou fábrica, a supor a condição de reivindicação de todo o sindicalismo.

Naturalmente, a classe operária sofre as mais duras consequências da crise do capitalismo, mas não é a salvar a vida deste último que ela chegará a atingir a sua emancipação.

A própria crise virá acirrar a luta de classes e o proletariado acabará, finalmente, por ocupar o seu verdadeiro lugar, fora das organizações onde mandam políticos que, por muito revolucionários que sejam, sempre têm razões ponderosas a atender antes de pugnar.

Paris, Junho.

Alfred DURAND

mesas de fogões e de tudo o mais de que se lembram os privilegiados.

Calou-se. As palavras que em catadupas lhe aceleravam a respiração vibravam no ar como édios dum anátema.

Quebramos o silêncio: está então desconcentrado a corporação? Olhe. A resposta na narracão deste caso estupendo. Estupendo de desumanidade e atrevimento, por parte desse homem de maus instintos que usa o nome de Marcelino José Alcântara e que, com os seus nefandos conselhos ao comandante de levar a corporação à ruina, e de falta de coragem perante des-bombeiros não o metendo logo na ordem.

Fazia parte de uma formatura um pobre velho, que à corporação tem dado o melhor de 40 anos de serviço. Fatigado e afrontado com o calor intenso que fazia, o pobre homem, que por sinal é um excelente caráter, pediu ao verdugo Marcelino que o deixasse sair por uns momentos a refazer-se, um pouco das suas forças quebrantadas. «Quem não pode pedir a sua demissão? Para toda a formatura passou um calafrio, um sussurro que os chefes se apressaram a abafar.

Nos peitos daqueles homens, honestos mas faltos de coragem moral, vibrou a apóstrofe como uma punhalada. Ninguém teve o desassombro de perguntar ao Caligula a razão porque, tendo sido ele há tanto tempo dado incapaz para o serviço ainda se conserva no activo. Saciou os seus instintos de pantera na represácia exercida e gravame e pesar, nos declarou arrebatadamente: é uma vergonha o que se está passando na corporação.

Como que uma insolita resposta às verdades cruas que A Batalha tem feito engolir como marmelos, os abusos continuam agora mais acintados do que nunca. As afrontas sucedem-se qual escarnejo lançado à cara dos que, não podendo abafar os germens de uma mal confusa repulsa pelos desmandos cometidos, mal grado seu exteriorizam por qualquer forma. As oficinas são verdadeira roupa de franceses. Fogões, mesas para eles, freqüentes reparações em automóveis particulares, trabalho de toda a ordem, oferecendo-se em troca as suas oficinas à disposição como há pouco sucedeu ao soba Ferreira, aquisição de máquinas caríssimas que nunca chegaram a trabalhar por serem desnecessárias, como um limador que, nessas condições, se arrumou a um canto, automóveis que ficam expostos ao tempo a deteriorar-se, tudo isso, tudo, carrega, asfixia a competência verbal.

Hoje qualquer borra-botas considera isso frioleira. Os artigos publicados em A Batalha tiveram o condão de refinar, como zoar, as irregularidades praticadas no Corpo de Bombeiros, se é que, pelo acidente e gravame que revestem, não devem já adjectivar-se dourada forma.

A pléia democrática abriu jôgo francamente, aproveitar, enquanto durar.

Homens velhos, cujos anos de serviço prestados à corporação se contam por dezenas, emudecem assombrados ante tanta desfachatez, tamanha falta de ombridade.

Nada temem, decididamente. Ouvimos um bombeiro que, num misto de indignação e pesar, nos declarou arrebatadamente: é uma vergonha o que se está passando na corporação.

Como que uma insolita resposta às verdades cruas que A Batalha tem feito engolir como marmelos, os abusos continuam agora mais acintados do que nunca. As afrontas sucedem-se qual escarnejo lançado à cara dos que, não podendo abafar os germens de uma mal confusa repulsa pelos desmandos cometidos, mal grado seu exteriorizam por qualquer forma.

Este cavalheiro, como não admite que os operários reivindiquem regalias, julga-se no direito de os dominar estupidamente de modo de explorar vergonhosamente.

Porém, agora, aqueles camaradas, depois de longo sofrimento, resolvem levantar a cerviz e com altivez pugnar por tudo aquilo que é justo e humano.

E resolvem fazê-lo porque estando a ganhar menos de 50% do que os seus camaradas de Marinha Grande, estavam implicitamente fomentando a ruina das classes vidraceiras.

Nestas condições a Associação resolviu interceder junto daquelas exploradoras no sentido de fazer com que elas se associassem, para que dessa forma melhor conseguissem aumento de salário.

Acto continuo, Ivo Paour, que assim se chama o benemérito industrial, tratou de lançar à rua aqueles que tinham tomado a vanguarda de tão belo movimento.

Porém aqueles que ele tem explorado escandalosamente, resolvem prestar solidariedade aos camaradas demitidos, por quanto não concebem que ele, além de lhes não pagar pelo preço dos industriais marinhenses, queira mandar na vontade de todos eles.